

A PRESENÇA DA MARINHA BRASILEIRA NA AMAZÔNIA: DO PÓS-GUERRA FRIA AOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XXI¹

Dilceu Roberto Pivatto Junior²

RESUMO

O artigo consiste em compreender a Amazônia no pensamento da Marinha do Brasil, de modo que se identifique os debates internos da força, as prioridades estabelecidas e as suas atribuições para a defesa da região amazônica. Para tal finalidade, procurou-se analisar a presença da Marinha brasileira na região amazônica, por meio: da crescente prestação de suporte logístico e da criação do 9º Distrito Naval; e do correspondente aprestamento das forças de emprego fluvial, incluindo as Operações Ribeirinhas. A metodologia empregada na pesquisa deste artigo foi qualitativa e de análise documental, do período correspondente aos anos de 1992 a 2008. Fontes consultadas: documentos do Ministério da Marinha e do Ministério da Defesa; monografias dos cursos da Escola de Guerra Naval; periódicos profissionais militares; livros de autores militares da Marinha; e entrevistas com ex-Ministros e ex-Comandantes da Marinha do Brasil. A análise destas diferentes fontes possibilitou a identificação das linhas de pensamento predominantes e que, consequentemente, influenciaram na formulação da estratégia da Marinha do Brasil para a defesa da Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia; Marinha do Brasil; pensamento naval brasileiro.

1 O presente artigo deriva de uma pesquisa realizada pelo autor em seu estágio pós-doutoral, atualmente com bolsa de pós-doutorado financiada pela FAPESC, no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI-UFSC). Esta pesquisa foi realizada com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

2 Doutor em Ciência Política (UFRGS, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Santa Catarina (SC). E-mail: dilceu.pivatto@hotmail.com / Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7834-2890>

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a defesa da Amazônia esteve com certa frequência entre as principais preocupações dos militares brasileiros, por se tratar de um território de grande biodiversidade e que concentra riquezas naturais, e também por ser uma região que depende do controle e acesso de seus rios para a navegação. Estas preocupações, por parte dos militares brasileiros com a Amazônia, se intensificaram nos anos pós-Guerra Fria. Contexto em que a Marinha procurou acompanhar o movimento do Exército brasileiro em defesa daquela região, com o propósito de contribuir com o Projeto Calha Norte. Episódio este que torna conveniente identificar de que forma a Marinha brasileira seguiu o movimento do Exército na direção do Projeto Calha Norte³. Neste sentido, o presente artigo consiste em compreender a Amazônia no pensamento estratégico da Marinha do Brasil de modo que se identifique os debates internos da força, as prioridades estabelecidas e as suas atribuições para a defesa da região amazônica. Para tal finalidade, dois eixos temáticos serviram de orientação neste estudo entre os anos de 1992 a 2008: a identificação das formas de atuação da Marinha brasileira na região amazônica e dos fatores que envolveram a criação do 9º Distrito Naval; e o correspondente aumento da presença da Marinha na Amazônia, por meio da intensificação das Operações Ribeirinhas. Assim, este artigo pretende responder a seguinte pergunta: o que a Marinha do Brasil produziu sobre a Amazônia em termos de pensamento estratégico entre os anos de 1992 a 2008? Neste período, percebe-se que a Marinha brasileira ampliou o debate de medidas a serem implementadas para a defesa da Amazônia, e deste modo, procurou assegurar uma maior atenção para a região na medida em que, gradativamente, incrementava a sua presença militar naquela parte do território brasileiro.

Com relação ao recorte temporal de 1992 a 2008, analisou-se este período por se tratar de um momento de relevantes transformações no interior das Forças Armadas brasileiras envolvendo o seu papel nos

3 A atuação da Marinha brasileira na Amazônia compõe parte do Projeto Calha Norte, projeto este que pretende promover uma maior integração da região amazônica ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas com o restante do país. Em síntese, o Projeto Calha Norte prevê: um aumento da presença militar na região; a ampliação das infraestruturas viárias; e a interiorização dos polos de desenvolvimento econômico do país. E, no plano estratégico o projeto estabeleceu – e manteve este propósito ao longo dos anos – a necessidade de se reforçar a presença militar brasileira, principalmente, nas regiões fronteiriças e que apresentam algum tipo de vulnerabilidade em termos de defesa do território brasileiro.

assuntos de defesa do Brasil, após o fim da Guerra Fria e o consequente esvaziamento da agenda anticomunista. Ademais, por questões metodológicas e de análise, delimitou-se o estudo até o ano de 2008 por conta da publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END-2008) que, a partir de então, evidenciaria os cenários de atuação das Forças Armadas brasileiras. Compreende-se que a END-2008 cristalizou as linhas de pensamento que circularam nos espaços institucionais militares nas décadas anteriores, especialmente nos anos de 1990, envolvendo aqueles de deveriam ser os cenários prioritários de atuação das Forças Armadas. Com efeito, neste contexto, percebe-se que os militares inseriram a Amazônia em seu pensamento estratégico, de maneira que aquele cenário representasse um novo repertório em termos de ameaças⁴, sobretudo diante da proposta de internacionalização da Amazônia, por parte de iniciativas advindas dos países europeus e dos Estados Unidos (Leiner, 2024, p. 233s). Portanto, embora exista atualmente uma extensa agenda vinculada às questões de segurança da Amazônia envolvendo atores não-estatais associados ao crime organizado, a proposta deste artigo consiste em analisar a presença da Marinha do Brasil na Amazônia identificada com as demandas e os assuntos de defesa do território brasileiro, principalmente, contra eventuais ameaças de potências militares e/ou a atuação de grupos irregulares armados em áreas próximas da fronteira brasileira naquela região⁵.

Entende-se que a Marinha, mesmo que subordinada ao Ministério da Defesa, por conta da elevada autonomia dos militares brasileiros em

4 Sobre as “novas ameaças” inseridas no contexto pós-Guerra Fria, para uma análise teórica mais aprofundada da temática, ver: VALENÇA, Marcelo M. A política de identidade nas novas guerras e a construção social da diferença: notas a partir da cultura e da identidade. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.17 n.2 p. 65-85, jul/dez 2011.

5 É importante destacar que a atuação da Marinha brasileira na Amazônia envolve uma série de ações não necessariamente vinculadas à sua preparação para a defesa daquele território. Vale destacar as atividades subsidiárias realizadas pela Marinha do Brasil na Amazônia e que contemplam uma variedade de demandas sociais, na medida em que procuram atender as populações ribeirinhas e indígenas mais vulneráveis que vivem na região amazônica. Atualmente, é evidente que a Amazônia sofre com uma série de questões que comprometem a sua segurança por conta: da mineração ilegal, do crime organizado, do desmatamento e queimadas, do narcotráfico e da degradação ambiental. Inclusive, a conjugação destes elementos demanda medidas de proteção dos povos indígenas e das populações ribeirinhas ameaçadas por este conjunto de fatores de segurança da região. Neste sentido, observa-se que as abordagens de segurança pública, de segurança humana e de segurança ambiental merecem um novo estudo detalhado, considerando que a proposta deste artigo não conseguiu contemplar estes fatores. Estes novos estudos poderiam identificar, por exemplo, os níveis de atuação e de coordenação interagência, da Marinha brasileira com a Polícia Federal, no combate aos crimes mencionados.

formular seu pensamento estratégico, apresentou linhas próprias de pensamento para a defesa da Amazônia (Pivatto Jr., 2024).

Assim, o objeto central deste artigo consiste na análise dos discursos produzidos no interior das burocracias especializadas da Marinha brasileira. Por burocracias especializadas, compreende-se as suas organizações militares e instituições de ensino que possuem capacidade própria de reprodução de determinadas linhas de pensamento. Neste sentido, estas linhas de pensamento tendem a ser publicadas de forma que consigam influenciar, direta ou indiretamente, na formulação das agendas ministeriais e nas políticas do Estado de maneira geral. Com isso, na medida em que a Marinha do Brasil formula determinada concepção estratégica, a análise das suas ideias produzidas torna-se necessária, uma vez que estas ideias tendem a exercer determinado grau de influência na agenda daquela instituição e, conseqüentemente, procuram também participar diretamente nos processos decisórios envolvendo a configuração do poder naval brasileiro.

Neste sentido, observa-se que a análise de ideias produzidas possibilita um melhor esclarecimento a respeito das prioridades e entendimentos adotados nas relações entre os indivíduos que compõem uma mesma instituição (Goldstein; Keohane, 1993, p. 03-08). Trata-se de uma realidade que se aplica aos espaços militares de produção ideacional, tendo em vista que a formulação das políticas de defesa pode ser considerada um efeito causal das ideias debatidas nos ambientes de construção do pensamento naval brasileiro. Neste sentido, Alexander Wendt (1987) enfatiza a importância de se analisar o comportamento coletivo dos indivíduos, comportamentos estes baseados em interesses e visões compartilhadas por um mesmo grupo. Com efeito, em termos teórico-metodológicos, optou-se pela teoria construtivista tendo em vista a importância dos elementos ideacionais para se compreender as formas com que as ideias produzidas influenciam nas tomadas de decisão. Trata-se de uma abordagem que pode ser potencialmente aplicada no estudo do pensamento militar brasileiro e no estabelecimento daquelas que deveriam ser as prioridades que informam a estratégia da Marinha brasileira para a Amazônia.

Interesses são constituídos por ideias e a constituição do poder advém destes interesses compartilhados através de instituições capazes de difundi-los. Do contrário, sem a institucionalização das ideias é impossível a identificação dos objetivos a serem implementados. Com isso,

compreende-se que o processo de institucionalização das ideias reflete em ações e delimitações associadas a uma cultura baseada em convicções construídas estruturalmente (Wendt, 2003, p. 104-122). Em outras palavras, a institucionalização das ideias em debate depende de mecanismos de propagação, que proporcionem o impacto das mesmas nos setores burocráticos e espaços decisórios – seja na criação de determinada agenda política, ou então, na formulação de um novo pensamento estratégico. No caso Marinha brasileira, a instituição proporcionou a existência de uma elite militar capaz de compartilhar uma identidade, com características e interesses próprios. Identidade que, apesar de não representar um grupo com pensamento homogêneo, aproxima diferentes propostas estratégicas através da institucionalização das mesmas. Portanto, é comum que algumas das ideias identificadas nos debates sejam incorporadas gradativamente no processo de formulação da estratégia naval brasileira. Acontece que no decorrer dos anos as ideias produzidas e debatidas tendem a ser reavaliadas, e posteriormente aplicadas, conforme o estabelecimento de novas concepções estratégicas. Neste caso, os conceitos militares em uso e doutrinas até então empregadas, quase que inevitavelmente, passam por processos de reorientações de cunho estratégico-operacional.

A partir desta perspectiva teórica baseada nas produções ideacionais, a metodologia empregada para a elaboração deste artigo foi qualitativa e de análise documental, com a utilização: de documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Marinha e Ministério da Defesa; das monografias dos alunos/militares da Escola de Guerra Naval (EGN); de periódicos profissionais de circulação nos meios militares; e a utilização de entrevistas com oficiais-generais da Marinha⁶ que participaram do processo de formulação da estratégia da Marinha para a região amazônica. Vale agregar como fonte os artigos de um periódico da Marinha brasileira em especial que publica o “debate” existente no interior destas organizações: a *Revista Marítima Brasileira*. Ademais, entre os principais documentos oficiais utilizados, destaque para: a *Política de Defesa Nacional* (de 1996 e de 2005); a *Estratégia Nacional de Defesa* (2008); e os relatórios anuais produzidos pelo Ministério da Marinha (de 1992 a 1999).

6 Por conta da pesquisa para a elaboração da tese de doutorado, em 2019, o autor deste artigo foi aluno e pesquisador na Escola de Guerra Naval (EGN). Este período de estudos e de pesquisas proporcionou uma importante aproximação deste autor com as autoridades da Marinha do Brasil. Portanto, as entrevistas utilizadas neste artigo, com ex-Ministros da Marinha e ex-Comandantes da Marinha, foram realizadas neste período de estudos na Escola de Guerra Naval.

Assim, a diversificação destas fontes empregadas possibilitou uma análise mais aprofundada a respeito das produções ideacionais presentes nos diferentes espaços da Marinha brasileira. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e de análise documental, utilizou-se o modelo analítico de Benjamin M. Jensen⁷. Para o autor, as mudanças organizacionais militares e suas implicações nas políticas de defesa passam por complexos processos, que não poderiam ser compreendidos se analisados somente através das burocracias formais. A gestação de novas ideias depende da criação de redes de conhecimento e mecanismos institucionais que não se limitam aos espaços decisórios do Estado.

No caso dos militares brasileiros, esses espaços de produções ideacionais atuam de forma complementar nos processos de formulação da estratégica e das políticas de defesa. Com isso, entende-se por *incubadoras* os espaços informais – na qual se estabelecem além das dependências hierárquicas militares – e que funcionam enquanto mecanismos institucionais que possibilitam reimaginar as Forças Armadas e a forma de se fazer a guerra. Por sua vez, as redes de *advocacy* atuam, de forma paralela e combinada, com as incubadoras ao estabelecerem espaços para que as ideias formuladas circulem e assim possam ser pulverizadas nos diferentes ambientes da instituição militar. Destaca-se neste caso, a capacidade destas redes de influenciar na geração de novas percepções e na promoção de mudanças no interior das instituições militares – inicialmente, nas instituições militares de formação do oficialato e, posteriormente, influenciando na criação de novas agendas político-estratégicas (Jensen, 2016, p. 142ss). Neste sentido, a Escola de Guerra Naval atua como uma *incubadora* de ideias, tendo em vista seu papel na formação dos novos oficiais-superiores que pretendem se tornar almirantes/oficiais-generais. Ademais, as revistas militares especializadas servem de redes de *advocacy* na medida em que ampliam a circulação de ideias propositivas a respeito de determinado tema. E por fim, com a intenção de diversificar as

7 De modo geral, observa-se que Benjamin M. Jensen (2016) utilizou a ideia de incubadoras e a constituição de grupos – as redes de *advocacy* – para a promoção de determinadas ideias com o objetivo de analisar alguns dos aspectos doutrinários do Exército dos Estados Unidos, e neste caso o autor não pretendia universalizar estes mecanismos institucionais como se estivesse apresentando uma teoria. Contudo, é possível perceber a influência destes espaços ideacionais separados das burocracias formais quando se tratando das mudanças de doutrina e de pensamento militar em outras Forças Armadas. E, portanto, compreende-se que o modelo de análise de Jensen pode ser utilizado para a análise do pensamento da Marinha brasileira, dada a existência destes mecanismos institucionais. Ver: JENSEN, Benjamin M. Forging the sword. Doctrinal change in the U.S. Army. California: Stanford University Press, 2016.

fontes, as entrevistas com os ex-Ministros e ex-Comandantes da Marinha⁸, evidentemente inseridos neste processo, potencializaram as informações levantadas, ao confirmar a continuidade e/ou as mudanças de pensamento na Marinha brasileira sobre a Amazônia no período analisado.

A ATUAÇÃO DA MARINHA NA REGIÃO AMAZÔNICA: CONTROLE DOS RIOS, PRESTAÇÃO DE SUPORTE LOGÍSTICO E A CRIAÇÃO DO 9º DISTRITO NAVAL

As primeiras incursões no rio Amazonas remontam o período colonial brasileiro e a atuação da Marinha portuguesa na região. Iniciativas estas que se intensificaram com o Brasil independente e com a criação de uma pequena força fluvial para atuar no cenário amazônico. De acordo com o ex-Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira, sempre foi de conhecimento, por parte dos governos brasileiros, a intenção de manter abertas as vias fluviais tendo em vista as limitações de infraestrutura das estradas no Amazonas – enfatizando, neste caso, a importância da construção da estrada Transamazônica. E ainda, conforme o almirante Mauro Cesar, ao observar que naquela região o que realmente funciona são os rios, afirmou que “(...) uma via fluvial bem construída poderia ser um meio de transporte menos poluente que qualquer outro⁹.” Neste sentido, a Amazônia esteve no pensamento estratégico da Marinha, de forma mais recorrente, desde o início dos anos de 1980, em um momento que a Marinha apresentava os primeiros indicativos para a diversificação das suas capacidades e ampliação dos cenários de atuação do poder naval brasileiro. Assim, a configuração de uma Marinha para atuar em águas marrons tornou-se uma das capacidades a serem ampliadas na Marinha brasileira e, por conta disso, previu-se um incremento de sua presença nos rios interiores do país, em especial, da região amazônica (Pivatto Jr., 2024, p. 253-267). No entanto, a concretização destas medidas de maior presença militar deu-se, com maior intensidade,

8 As entrevistas utilizadas para a elaboração deste artigo foram realizadas em 2019. Naquele ano foram entrevistadas as seguintes autoridades da Marinha do Brasil: o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1990-1992) Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores; o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1995-1998) Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira; o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006) Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho; e o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2007-2015) Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto.

9 Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1995-1998), Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2019.

somente a partir da segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, na medida em que a atuação da Marinha brasileira na Amazônia foi gradualmente melhor estruturada em termos de instalações físicas e ampliação dos comandos e distritos navais (Pivatto Jr., 2024, p. 299-305).

Portanto, compreende-se que o movimento da Marinha brasileira para a Amazônia, no período correspondente aos anos de 1992 a 2008, consistiu em um movimento que pretendia intensificar as ações iniciadas ainda no início dos anos de 1980, desde que simultaneamente com a elaboração/implementação do Projeto Calha Norte. Desta forma, as preocupações da Marinha do Brasil não foram direcionadas apenas para o Atlântico Sul, ao se estenderem, por meio do aumento de medidas, para proteger e controlar os principais rios brasileiros. Neste caso, é importante observar que a defesa territorial sob o olhar estratégico da Marinha envolveu o controle dos rios interiores do país que incluíam não somente a Amazônia, mas também, em menor escala, a bacia do Paraguai – com esta última tornando evidente a ênfase histórica direcionada para a militarização da região Sul do Brasil (Pivatto Jr., 2024).

Utilizando-se da ideia de controle dos rios interiores, foram e continuaram sendo realizadas as Operações Ribeirinhas, com determinada prioridade voltada para a Amazônia. Estas operações demandam forças especializadas compostas por navios de patrulhamento fluvial, helicópteros e o treinamento de fuzileiros navais para aquele cenário por parte da Marinha do Brasil (Flores, 2002, p. 82s). Neste sentido, com relação ao controle dos principais rios da Amazônia, o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006), Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, em entrevista, declarou que há uma frase que a Marinha habitualmente gosta de citar: “Quem controla o rio, controla a margem”. Afirmando deste modo que para qualquer atividade a ser desempenhada na Amazônia, o uso dos rios é indispensável, e neste caso, a Marinha deveria cumprir com este papel¹⁰.

Entre as autoridades militares, entendia-se que as Forças Armadas eram as grandes representantes da presença do Estado brasileiro na Amazônia. Com isso, as maiores preocupações se concentravam nas vulnerabilidades existentes na Amazônia Ocidental, composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Estados estes que compunham o principal eixo estratégico na região dos rios Solimões e

10 Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006), Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019.

Amazonas. Na Amazônia os acessos por vias fluviais, para as fronteiras com a Colômbia e com o Peru, é que unificam as sub-regiões amazônicas: a Ocidental, centrada em Manaus, e a Oriental, sediada em Belém. Também cabe destacar, neste caso, os principais afluentes do rio Amazonas, os rios: Negro, Juruá, Purus e Madeira – com este último aproximando a fronteira brasileira com a Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela. Além disso, torna-se necessário lembrar que Peru e Colômbia utilizam os rios Solimões e Amazonas para acessar o Oceano Atlântico e também que as embarcações peruanas frequentemente patrulham o rio Javari, cruzando constantemente as águas brasileiras para alcançar determinados pontos de seu país (Elia, 2000, p. 69-72).

Estes fatores mencionados contribuem para uma melhor compreensão do papel estratégico da Marinha do Brasil em manter a presença brasileira nesta região de fronteiras de difícil acesso e controle limitado. Somando-se a isso, é importante destacar que há uma diferença considerável dentro da região quando feita a comparação da Amazônia Oriental com a Amazônia Ocidental, e isso reflete diretamente nas vulnerabilidades do país para proteger essas regiões. Entre os anos de 1992 a 2008, a Marinha enfatizou que a Amazônia Oriental era mais desenvolvida e articulada a partir de suas rodovias e que o próprio acesso ao oceano dinamizava o crescimento daquela região. Por outro lado, a Amazônia Ocidental era considerada a região mais vulnerável do país na qual o único ponto de apoio logístico seria Manaus, realidade esta que acentuava a necessidade de se pensar o desenvolvimento de outros pontos de apoio nessa região. Ademais, outro aspecto estratégico de destaque naquele período era a atuação constante dos grupos de guerrilha presentes na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia associados ao narcotráfico. Foi então que, diante deste contexto, estabeleceu-se que as Operações Ribeirinhas deveriam corresponder com as responsabilidades para manter o controle das hidrovias e de suas respectivas margens. Para isso, a Flotilha do Amazonas dedicou um Grupamento de Fuzileiros Navais e um Esquadrão de Helicópteros com o propósito de empregar, de forma combinada, os navios de patrulhamento fluvial e helicópteros embarcados com os meios anfíbios da Marinha (Elia, 2000, p. 72-83).

Na medida em que se tornava crescente a importância estratégica da Amazônia para o Brasil, conseqüentemente, percebe-se um aumento dos debates na Marinha brasileira voltados para a delimitação de seu papel naquela região. Com isso, mais precisamente no início do século XXI, as

autoridades militares salientaram a necessidade de se repensar a forma com que a Marinha se fazia presente na região amazônica, presença esta que, a partir daquele momento, deveria ser maior e melhor direcionada. Foi então que o Comandante da Marinha (2003-2006), o almirante Guimarães Carvalho, decidiu dividir e ampliar a área norte do país, que inicialmente em seu comando estava sob a jurisdição do 4º Distrito Naval, comandado por um Vice-Almirante, e cuja sede ficava em Belém. Neste sentido, Guimarães Carvalho salientou que o 4º Distrito Naval era uma área muito grande para se preocupar, com o almirante responsável tendo que se preocupar com toda a parte interna daquela área e também toda a parte litorânea/marítima Norte do país. Por conta disso, decidiu-se ampliar a presença da Marinha brasileira no interior da Amazônia por meio da criação do 9º Distrito Naval, sediado em Manaus, com um Vice-Almirante subordinado diretamente ao Comando de Operações Navais¹¹. Conforme o almirante Guimarães Carvalho:

“Era uma área de grandes dimensões e, de certa forma, os problemas da Amazônia Oriental, que possui litoral marítimo, não são exatamente iguais aos da Amazônia Ocidental. Antes, já havia um Comando Naval da Amazônia Ocidental, comandado por um Contra-Almirante, subordinado ao Comandante do 4º Distrito Naval. Qualquer decisão mais séria que ele tivesse que tomar relativa a problemas da área do seu Comando Naval, tinha que consultar o Comandante do 4º DN. Em alguns casos realmente mais complicados, o Comandante do 4º DN tinha que consultar o Comandante de Operações Navais, a quem ele era subordinado. Por mais ágil que as comunicações pudessem ser, quando você começa a criar muitos ‘estágios’ para as tomadas de decisões, o processo é atrasado. Então transformamos o Comando Naval da Amazônia Ocidental em 9º Distrito Naval com um Vice-Almirante, subordinado

11 Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006), Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019.

diretamente ao Comando de Operações Navais.”
(Guimarães Carvalho, 2019).

De todo modo, o fato é que na região amazônica a Marinha atuou no patrulhamento fluvial e também enquanto polícia naval nas vias navegáveis e de fronteira terrestre/fluvial. Consequentemente, na medida em que aumentava a presença da Marinha brasileira naquela região, tornava-se cada vez mais necessária a ampliação dos meios com as características adequadas, de modo que conseguissem operar naquele ambiente. Contudo, tratava-se de uma linha de pensamento estratégico que não condizia com a realidade material da Marinha na Amazônia, sobretudo, nos anos finais da década de 1990. Por exemplo, em 1998, para se ter uma dimensão das condições dos meios empregados pela Marinha brasileira, parte dos meios flutuantes eram considerados obsoletos e em número reduzido para atender as demandas da região¹². Neste sentido, a importância da atuação da Marinha na Amazônia se tornaria mais evidente com a implantação do SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia – na qual coube à Marinha uma maior contribuição na vigilância e proteção da região amazônica¹³. A partir da implantação do SIPAM intensificaram-se as solicitações logísticas para a Marinha, no sentido de viabilizar um melhor trânsito de pessoal e de material utilizando-se das vias fluviais na região. Esta realidade fez com que a Marinha inserisse a Amazônia em seu planejamento estratégico, dedicando assim uma maior atenção para que conseguisse assegurar a proteção e, consequentemente, o controle das principais calhas fluviais de acesso para a região amazônica¹⁴.

12 OBINO, José Luiz Feio. A Amazônia e a Marinha – suas necessidades de meios para o terceiro milênio – uma reflexão. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 118 nº 4/6. Abr./jun. 1998, p. 117ss.

13 OBINO, José Luiz Feio. A Amazônia e a Marinha – suas necessidades de meios para o terceiro milênio – uma reflexão. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 118 nº 4/6. Abr./jun. 1998, p. 117ss.

14 Para que isso fosse viável, apontou-se para a modernização das oficinas e capacidade de docagens simultâneas, como também para o aumento no efetivo de pessoal nas atividades industriais. Com atenção para os seguintes pontos fixos: (i) a Estação Naval de Rio Negro que deveria ser transformada em Base Fluvial com dique flutuante para reparo, manutenção e adestramento; (ii) a Base Naval de Val-de-Cães que precisava ser modernizada no seu parque industrial; e (iii) a Estação Naval em Tabatinga para o eventual estacionamento dos navios, servindo também para o adestramento dos meios em trânsito. A importância destes pontos fixos é reforçada por conta das limitações de se atuar naquele cenário, considerando a precariedade dos meios para o controle das vias navegáveis em uma região atípica para a Marinha, em que eram – e continuam sendo – quase que inexistentes as rodovias e ferrovias. Ver: OBINO, José Luiz Feio. A Amazônia e a Marinha – suas necessidades de meios para o

APRESTAMENTO DAS FORÇAS PARA O EMPREGO FLUVIAL E AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NA REGIÃO AMAZÔNICA

Conforme anteriormente mencionado, percebe-se que na Marinha as preocupações com a Amazônia foram mais intensas no decorrer dos últimos cinquenta anos. Com efeito, o almirante Mario Cesar Flores (2019) assinalou que a Marinha brasileira esteve preocupada com a sua presença na Amazônia, muito antes do período em que ele havia sido Ministro da Marinha (1990-1992) durante o governo Collor. E, quando era Ministro da Marinha, Flores prestou atenção para aquilo que ele chamou de “ação parapolicial para controlar as vias fluviais da região”. Sendo assim, e considerando o fato de que a Marinha não havia tido qualquer problema realmente militar na região, manteve-se a ideia de que o patrulhamento naval deveria ser constante para satisfazer as necessidades de segurança daquela região.¹⁵ Inclusive, neste sentido, aumentaram, de maneira geral, as produções ideacionais a respeito de qual deveria ser o pensamento estratégico da Marinha para a Amazônia, bem como observou-se a forma de se operar naquela região envolvendo o emprego dos fuzileiros navais. Em entrevista, Mario Cesar Flores lembrou de um importante episódio de quando havia frequentado o curso de Comando e Estado-Maior da Marinha dos Estados Unidos, no *Naval War College*, em 1969. Nas palavras do almirante Flores:

“(...) no período em que estive nos Estados Unidos, eu ouvi com certa frequência, nas conferências e por parte de alguns oficiais americanos que tinham experiência no [conflito do] Vietnã, um forte debate sobre os conflitos fluviais [daquela guerra]. (...) Os militares americanos mostravam que o conflito nos rios não era entre navios armados, até porque os vietnamitas naquele momento não tinham navios.” (Flores, 2019).

terceiro milênio – uma reflexão. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 118 nº 4/6. Abr./jun. 1998, p. 131s.

15 Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha (1990-1992), Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

Neste sentido, Mario Cesar Flores afirmou que nos cenários de conflito fluvial durante a Guerra do Vietnã, o emprego de navios concentrou-se no transporte de pequenas tropas terrestres que eram desembarcadas e, a partir de então, seguiam as operações em terra. Este pensamento estratégico-operacional modificou a forma da Marinha brasileira pensar as operações fluviais. Com isso, quando se fala em treinamento da Flotilha do Amazonas, fala-se em operações fluviais, com estas operações podendo ser realizadas com os fuzileiros navais e/ou com as forças do Exército. E ainda, de acordo com Mario Cesar Flores, estabeleceu-se que as operações de guerra em si aconteceriam em terra, ficando sob responsabilidade dos navios o transporte e a garantia de apoio logístico, desconsiderando-se desta forma a hipótese de um conflito entre navios para o controle dos rios¹⁶. Ademais, é importante lembrar que em águas fluviais, na Amazônia e também no Pantanal, conforme a estrutura militar de guerra brasileira, as operações fluviais são consideradas um Teatro de Operações Terrestres (TOT). A força fluvial da Marinha, que atua nestes dois cenários, torna-se assim uma força componente do TOT comandado por um Oficial-General do Exército. Estabeleceu-se, portanto, que em águas fluviais a Marinha brasileira terá uma força componente subordinada a um Oficial-General do Exército¹⁷. Neste sentido, e de acordo com Alexandre Jauhar Cardoso (2008), as Operações Ribeirinhas, realizadas na Amazônia e também no Pantanal, conseguem combinar as diferentes características das operações terrestres, navais e aéreas – algo que inevitavelmente demanda o emprego de táticas e técnicas específicas, bem como a organização de equipamentos adaptados para aquele ambiente.

De modo geral, manteve-se certa continuidade no pensamento estratégico da Marinha no que diz respeito à Amazônia, com os almirantes brasileiros apoiando a presença da Marinha naquela região, tendo em vista algumas considerações pontuais. Para o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2007-2015), Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, a Marinha é responsável pelo apoio logístico, pelo transporte de tropas e pelo emprego dos fuzileiros navais com um Batalhão de

16 Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha (1990-1992), Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

17 Entrevista realizada com o ex-Chefe da Divisão de Política e Planejamento Estratégico do Estado-Maior da Armada (2000-2003), Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019.

Operações Ribeirinhas. Inclusive, salientou neste sentido a possibilidade de participação deste batalhão nas ações de combate terrestre em conjunto, ou não, com o Exército brasileiro. No entanto, e diferente do Exército, conforme o almirante Moura Neto (2019), a Marinha do Brasil vê o Atlântico Sul enquanto área prioritária para as suas operações, concedendo-lhe assim maior importância estratégica no pensamento naval brasileiro.¹⁸

Assim, na Marinha predominou a linha de pensamento que afirmava que as riquezas e recursos naturais existentes na Amazônia aumentavam os níveis de vulnerabilidade daquela região. Tratava-se de uma leitura sobre a região amazônica que a inseria entre as regiões do país mais suscetíveis em termos de defesa. De acordo com as características do cenário amazônico, observou-se que os navios-patrolha com helicópteros embarcados seriam os meios mais eficientes para atender o sistema logístico de apoio ao longo das calhas dos principais rios. Para atender este propósito, o almirante Armando Vidigal (1997) enfatizou que a Marinha deveria estar preparada para operar, principalmente, com as forças terrestres do Exército e com a Força Aérea sob um comando único. Desta forma, e na medida em que fossem reveladas as pretensões de uma maior extensão da área de atuação dos navios, a Marinha deveria então dispor de embarcações menores, de alta velocidade e pequeno calado para garantir o deslocamento dentro dos pequenos rios. Com efeito, compreendia-se que esta maior presença da Marinha brasileira na Amazônia poderia contribuir enquanto fator de dissuasão, especialmente, em um cenário que a atuação dos Fuzileiros Navais seria fundamental diante de um hipotético teatro de guerra na selva (Vidigal, 1997, p. 87-120).

Portanto, para conseguir corresponder aos critérios defensivos do cenário amazônico, destacou-se que as operações deveriam contar com meios navais de pequenas dimensões e calado, que possibilitassem a atuação da Marinha nos pontos limites do território brasileiro. Neste sentido, o Vice-Almirante José Obino (1998) destacou que as deficiências e dificuldades de atuação na região eram acentuadas devido ao número reduzido das unidades e a precariedade dos armamentos. Assim, com a finalidade de aumentar as capacidades operacionais nas vias navegáveis da Amazônia, em 1994, foi criado o Comando Naval da Amazônia Ocidental, subordinado ao 4º Distrito Naval com sede em Belém – que, em 2005, seria transformado no 9º Distrito Naval, mencionado anteriormente. Tratava-se

18 Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2007-2015), Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto. Rio de Janeiro, 16 de julho de 2019.

de uma iniciativa inserida em um contexto de aumento das preocupações, apontadas na Política da Marinha, referentes à aquisição dos novos meios – flutuantes, aéreos, terrestres, de apoio logístico móvel e de apoio logístico fixo – a serem empregados na Amazônia. Intensificou-se neste caso a demanda por um número maior de embarcações que viabilizassem o rodízio dos navios-patrolha empregados no patrulhamento das águas interiores, navios estes que operariam com o apoio dos helicópteros orgânicos embarcados. E ainda, em relação aos demais navios com outras características/capacidades empregados pela Marinha naquele cenário, previu-se que estes poderiam atuar de forma independente com os fuzileiros navais e/ou em conjunto com os navios-patrolha (Obino, 1998, p. 121-131).

No período entre os anos de 1992 a 2008, a Marinha procurou acompanhar o movimento do Exército brasileiro em direção à Amazônia, de forma que conseguisse contribuir de maneira geral com a presença/atuação dos militares brasileiros na região amazônica. Neste contexto, o Projeto Calha Norte era um dos principais referenciais no sentido de fornecer as linhas centrais de ação/orientação, bem como apresentava os propósitos a serem alcançados pelos militares na Amazônia. Entretanto, é importante lembrar que o Projeto Calha Norte surgiu de uma série de estudos do Conselho de Segurança Nacional realizados no ano de 1985 (Marques, 2007, p. 157) e que, portanto, seus objetivos delimitados foram anteriores ao recorte temporal pós-Guerra Fria. Contudo, torna-se quase impossível compreender a atuação da Marinha brasileira na Amazônia sem destacar os objetivos do Projeto Calha Norte, que pretendiam promover uma maior integração da região amazônica ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas com o restante do país. De maneira geral, o projeto previu inicialmente: um aumento da presença militar na região; a ampliação das infraestruturas viárias; e a interiorização dos polos de desenvolvimento econômico do país. E, no plano estratégico o projeto estabeleceu – e manteve este propósito ao longo dos anos – a necessidade de se reforçar a presença militar brasileira, principalmente, nas regiões fronteiriças e que apresentavam algum tipo de vulnerabilidade¹⁹ em

19 Algumas das vulnerabilidades identificadas nas fronteiras brasileiras: (i) a existência/ presença de grupos guerrilheiros na Guiana, Colômbia, Suriname e Bolívia; (ii) disputas territoriais entre Peru e Equador; e (iii) a possibilidade de Venezuela e/ou Guiana reverterem suas fronteiras com o Brasil. Ver: MARQUES, Adriana Aparecida. Amazônia: pensamento e presença militar. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2007, p. 159.

termos de segurança e defesa do território brasileiro (Marques, 2007, p. 157s).

Em linhas gerais, percebe-se que o final da Guerra Fria fez com que as Forças Armadas repensassem a estratégia de Defesa Nacional, e por conta disso o cenário amazônico foi redimensionado ao receber uma maior atenção por parte dos militares brasileiros. Neste sentido, a Marinha do Brasil enfatizou a importância do controle das águas interiores do país, com a utilização de navios pequenos e de embarcações de portes diversos, em número suficiente, para o patrulhamento dos rios e atuação em situações críticas de conflito. Além da utilização destas embarcações, destaca-se que a atuação da Marinha não se restringiu apenas ao patrulhamento fluvial, ao empregar também helicópteros de apoio naval. Helicópteros estes que estendiam o raio operacional da Marinha nas áreas mais restritas e de difícil acesso da região. E por fim, com relação à proteção das instalações e meios de transporte hidroviário, estabeleceu-se que o emprego das forças navais deveria inserir o Corpo de Fuzileiros Navais nas operações, em ambiente fluvial, com o propósito de neutralizar eventuais ações de guerrilha, e deste modo os fuzileiros navais poderiam melhor contribuir nas operações realizadas pelo Exército brasileiro naquele ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, as revistas especializadas da Marinha e as monografias dos cursos de altos estudos militares da Escola de Guerra Naval se tornam fontes reveladoras da formulação do pensamento da Marinha brasileira para a Amazônia. Tanto os artigos publicados nos periódicos consultados quanto as monografias publicadas na EGN foram o resultado de estudos produzidos por autores militares, inseridos no cotidiano da Marinha do Brasil. Assim, estas produções militares proporcionaram uma melhor compreensão das ideias e debates produzidos entre os militares brasileiros. Após o acesso e mapeamento destas produções ideacionais, os textos selecionados revelaram as principais linhas de pensamento a respeito do papel da Marinha brasileira na defesa da Amazônia. Desta forma, os documentos oficiais consultados, para a elaboração deste artigo, evidenciaram determinada sintonia de seus respectivos conteúdos com aquilo que era debatido na imprensa militar especializada e nos estudos realizados na Escola de Guerra Naval. A partir dos textos analisados, foi possível identificar que os debates produzidos serviram de subsídio e que,

de certa maneira, seus conteúdos sustentaram as decisões da Marinha do Brasil a respeito de sua presença e atuação no cenário amazônico. Contudo, é necessário salientar que o objeto analisado neste artigo merece ainda um estudo mais aprofundado, por meio da análise de uma maior variedade e quantidade de fontes e também de um recorte temporal mais longo.

Com efeito, a realização das entrevistas com os oficiais-generais influentes da Marinha, particularmente aqueles que foram Ministros e/ou Comandantes da Marinha no período correspondente aos anos de 1990 a 2008, proporcionaram uma melhor compreensão do redimensionamento dos debates e formulações estratégicas da Marinha brasileira em relação à sua presença e atuação na região amazônica. Neste sentido, os elementos da teoria construtivista contribuíram para a análise das produções ideacionais utilizadas neste artigo, ao evidenciar a função dos espaços de gestação de ideias direcionadas para a formulação da estratégia da Marinha para a Amazônia. Com isso, entende-se que as instituições de ensino e de formação de oficiais-superiores atuaram enquanto espaços de interação, especialmente, entre os atores identificados com a elaboração daquelas que seriam as novas e predominantes linhas de pensamento dentro da Marinha brasileira. Elementos referenciais que serviriam sobremaneira de subsídio para a elaboração da estratégia naval brasileira. A confirmação desta interação é verificada na convergência dos debates identificados nos diferentes ambientes da Marinha. É o caso dos artigos publicados na Revista Marítima Brasileira e que foram citados nesta pesquisa, bem como das monografias dos cursos de altos estudos militares da Escola de Guerra Naval com o conteúdo dos documentos oficiais produzidos no âmbito do Ministério da Marinha e, posteriormente, do Ministério da Defesa.

Fato é que as transformações conjunturais, delimitadas pelos anos finais da Guerra Fria e a configuração de um novo sistema internacional, fez com que a atuação da Marinha fosse repensada, na medida em que eram avaliadas aquelas que poderiam ser as novas ameaças resultantes desta mudança de contexto. Utilizando-se de uma perspectiva defensiva a respeito da Amazônia, percebe-se naquele contexto que a preocupação inicial da Marinha consistiu em sua capacitação para que conseguisse manter abertas as vias fluviais da região amazônica. Esta leitura estratégica deu-se muito por conta das limitações de infraestrutura, principalmente, dos estados que compunham a Amazônia Ocidental. Deste modo, os cenários terrestres/fluviais e ribeirinhos tornaram-se gradativamente mais relevantes no pensamento naval brasileiro. E isso fez com que a Marinha

se aproximasse mais dos demais ramos das Forças Armadas brasileiras no cenário amazônico, com destaque para o Exército. Neste sentido, e por influência da avaliação dos militares norte-americanos sobre os conflitos fluviais e suas lições decorrentes da Guerra do Vietnã, as Operações Ribeirinhas realizadas pela Marinha brasileira introduziram a ideia de que em ambiente de selva e rios, os conflitos não aconteceriam entre navios armados. A partir desta concepção estratégica, cristalizou-se a ideia de aquisição e/ou desenvolvimento de meios fluviais tanto para o transporte e desembarque de tropas quanto para o transporte de armamentos e equipamentos, de modo que as operações militares recebessem o apoio logístico necessário.

Para a Marinha brasileira, o Projeto Calha Norte, desde a sua criação, tornou-se referencial ao informar as linhas centrais de ação militar na Amazônia em meio a um processo de ampliação dos cenários de atuação do poder naval brasileiro. A gradual presença da Marinha do Brasil na Amazônia tornou evidente a sua crescente preocupação em capacitar-se para operar em águas marrons. Tanto é que, entre os anos de 1992 a 2008, a crescente presença da Marinha na região amazônica não aconteceu apenas por conta de um maior aprestamento das forças de emprego fluvial envolvendo meios de superfície, helicópteros e fuzileiros navais. Para agilizar a atuação desta força fluvial, a Marinha se fez presente também por meio de instalações físicas ao edificar e/ou ampliar estas instalações. Na medida em que foram identificadas as vulnerabilidades da Amazônia Ocidental, centrada sobremaneira em Manaus, este processo de incremento da presença da Marinha na Amazônia intensificou-se a partir da criação, em 1994, do Comando Naval da Amazônia. De modo geral, tratava-se de uma primeira iniciativa, mesmo que com algumas limitações considerando que este comando, nos anos de 1990, manteve-se subordinado ao 4º Distrito Naval, sediado em Belém.

Após onze anos do Comando Naval da Amazônia, em 2005, a criação do 9º Distrito Naval, sediado em Manaus e subordinado diretamente ao Comando de Operações Navais, tornou evidente a continuidade deste processo de maior presença e atuação da Marinha na região amazônica. Neste sentido, compreende-se que as justificativas para a criação do 9º Distrito Naval, antes de serem oficialmente apresentadas, foram originalmente construídas internamente no plano ideacional, por meio de uma série de debates, na medida em que eram levantadas as deficiências da região em termos de segurança e defesa. A partir deste

processo, a Marinha brasileira, ao formular sua estratégia, passou a direcionar determinada atenção para as ameaças de baixa intensidade e os conflitos irregulares em ambiente de selva, sem necessariamente descartar a possibilidade de um conflito regular de maiores proporções em meio a uma hipotética presença militar de outros países na região. Com isso, e gradativamente, procurou-se desempenhar a proteção da Amazônia de acordo com uma concepção defensiva não apenas da Marinha brasileira, mas a partir de uma avaliação situacional compartilhada entre os três ramos das Forças Armadas, e que aproximaria definitivamente as suas correspondentes formulações estratégicas para a região.

A convergência das concepções estratégicas das três Armas contribuiu no sentido de reforçar a ideia de que era necessário estabelecer certa complementariedade das capacidades entre as Forças Armadas, de modo que se implementasse uma estratégia condizente com as demandas para a defesa daquela parte do território brasileiro. Desta forma, a proximidade das fronteiras, sobretudo, da então amplamente divulgada e conhecida tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, sustentou a importância de uma maior presença da Marinha, especialmente em termos de instalações e edificações, para que a sua atuação se tornasse mais ágil e assim correspondesse aos critérios e demandas envolvendo um maior aprestamento das forças de emprego fluvial na Amazônia. Ademais, a própria implementação do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) confirmou esta mudança de pensamento que, ao inserir a Amazônia no planejamento estratégico da Marinha, ampliou os cenários de atuação do poder naval brasileiro não mais restritos apenas para as águas litorâneas e oceânicas. Para tanto, a Marinha procurou concentrar suas atenções para a configuração de um poder naval balanceado com capacidades diversificadas com o propósito de atuar em águas azuis, verdes e marrons. E assim, de maneira geral, pretendeu-se alcançar, ainda que sem muita previsibilidade, aquela que deveria ser uma Marinha de capacidades tanto oceânicas quanto fluviais, para operar no Atlântico Sul e também nos rios interiores do Brasil, com certa prioridade reservada para a Amazônia.

Recentemente, mais precisamente a partir de 2015, as preocupações por parte dos militares brasileiros com a internacionalização da Amazônia foram reforçadas por conta da proposta de criação do “corredor triplo A”. Proposta que consistiu basicamente na criação de um “corredor ecológico” que integraria os Andes ao Atlântico através da Amazônia (Leirner, 2024, p. 234). Fato é que esta ideia intensificou, e tornou ainda

mais relevante, os debates produzidos no interior das Forças Armadas favoráveis ao incremento da militarização da região amazônica. Linha de pensamento que foi reforçada também devido à própria presença dos Estados Unidos na região, por meio do Plano Colômbia até o ano de 2016, e que intensificariam as ações militares estadunidenses e colombianas orientadas a combater o problema do narcotráfico. Portanto, do ponto de vista dos militares brasileiros, a militarização da Amazônia deveria promover, de maneira prioritária, a capacidade de presença militar e de atuação nas áreas de fronteira. Neste caso, o combate ao narcotráfico aconteceria de maneira pontual, nos episódios em que estivesse inserido em situações, principalmente, de conflito armado irregular e/ou de táticas de guerrilha em ambiente de selva e no controle dos rios (Leirner, 2024, p. 242-245).

Na Marinha, percebe-se que a sua atuação, por exemplo, com a Polícia Federal no combate ao crime organizado tende a ser uma das preocupações, dentre outras, das autoridades militares. Entretanto, compreende-se que o combate ao crime organizado não se trata de uma preocupação prioritária da Marinha para a Amazônia. Atualmente, o debate de ideias, envolvendo a presença da Marinha brasileira na Amazônia, indica a formulação de uma estratégia que oriente a preparação e a, correspondente, atuação da Marinha naquele cenário, de modo que desmobilize as pretensões de Forças Armadas estrangeiras de intervirem militarmente na região. Portanto, por mais que as ações subsidiárias de apoio às populações ribeirinhas e indígenas, bem como a atuação parapolicial eventualmente interagência com a Polícia Federal tenham contribuído com a presença do Estado brasileiro na região amazônica, estas importantes medidas não constituem a preocupação central da Marinha. Hoje, a estratégia da Marinha do Brasil para a defesa da Amazônia, contra as pretensões militares de outros países na região, consiste em preparar-se para a defesa daquele território e de suas fronteiras, atuando de modo conjunto, mesmo que com algumas limitações operacionais, com os demais ramos das Forças Armadas do Brasil.

PRESENCE OF THE BRAZILIAN NAVY IN THE AMAZONIA: FROM THE POST-COLD WAR TO THE EARLY YEARS OF THE 21ST CENTURY

ABSTRACT

This paper consists of understanding the Amazonia in the Brazilian Navy thought, in order to identify the internal debates, the established priorities and its responsibilities for the defence of the Amazonia region. To this end, we sought to analyze the growing presence of the Brazilian Navy in the Amazonia region, through the provision of logistical support and the creation of the 9th Naval District and in the corresponding deployment of river employment forces, including the Riverside Operations. The methodology used in the research of this article was qualitative with document analysis from the period corresponding to the years 1992 to 2008. Documents consulted: from the Ministry of the Navy and the Ministry of Defense; monographs from the Brazilian Naval War College; military journals; books by military author from the Brazilian Navy; and interviews with former Ministers and former Commanders of the Brazilian Navy. The analysis of these different sources made it possible to identify the predominant line of thought that influenced the formulation of the Brazilian Navy's strategy for the Amazonia.

Keywords: Amazonia; Brazilian Navy; Brazilian naval thought.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Entrevista realizada com o ex-Chefe da Divisão de Política e Planejamento Estratégico do Estado-Maior da Armada (2000-2003), Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de; MOREIRA, William de Souza (Orgs.). Estudos Marítimos: visões e abordagens. São Paulo: Humanitas, 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.384, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jul. 2005, seção 1, p. 5.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa: Paz e Segurança para o Brasil. 2ª ed. República Federativa do Brasil. Ministério da Defesa, dezembro de 2008.

BRASIL. Manual de Operações Ribeirinhas. (MD33-M-15). Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Brasília-DF. 1ª Edição/2020b.

CARDOSO, Alexandre Jauhar. As ações desencadeadas pela Marinha do Brasil nas operações combinadas na Amazônia Ocidental. Escola de Guerra Naval. Monografia do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS). Biblioteca da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro/2008.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006), Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 46, n. 2, p. 05-25, 2003).

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 3ª ed. Brasília: UnB Editora, 2008.

ELIA, Rui da Fonseca. A Marinha na Amazônia Ocidental. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 120 nº 7/9. Jul./set. 2000, p. 69-86.

FINNEMORE, Martha. *National interests in international society*. Ithaca: Cornell University Press, 1996a.

FINNEMORE, Martha. Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism. *International Organization / Volume 50 / Issue 02 / March 1996b*, pp. 325-347.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. Taking stock. The constructivist research program in international relations and comparative politics. *Annual Review of Political Science*, 2001.

FLORES, Mario Cesar. O preparo da Marinha nos anos 90. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 110 nº 1/3. Jan./mar. 1990, p. 13-42.

FLORES, Mario Cesar. *Bases para uma política militar*. Campinas: UNICAMP, 1992.

FLORES, Mario Cesar. *Reflexões estratégicas: repensando a defesa nacional*. São Paulo: Realizações, 2002.

FLORES, Mario Cesar. Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1990-1992), Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O. (Orgs.). *Ideas and foreign policy. Beliefs, institutions, and political change*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1993.

HUNTER, Wendy. Reason, culture, or structure? Assessing civil-military dynamics in Brazil. In: PION-BERLIN, David (Edited). *Civil-military relations: new analytical perspectives*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2001, p. 36-58.

JENSEN, Benjamin M. *Forging the sword. Doctrinal change in the U.S. Army*. California: Stanford University Press, 2016.

LEGRO, Jeffrey. Whence american internationalism. *International Organization*, Vol. 54, no. 2 (spring, 2000), pp. 253-289.

LEGRO, Jeffrey. The transformation of policy ideas. *American Journal of Political Science*, Vol. 44, No. 3, July 2000, Pp. 419-432.

LEIRNER, Piero. Amazônia e forças armadas: ideologia e ação política. In: D'ARAUJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas Pereira (orgs). *Forças Armadas e política no Brasil republicano. A Nova República. Volume 2.* Rio de Janeiro: FVG, 2024, p. 233-247.

MARINHA DO BRASIL. Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040). Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, Brasília-DF: 2020.

MARINHA DO BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-2500. Manual de Ações Navais nas Operações Ribeirinhas. Rio de Janeiro, 2005.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1991. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1992. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1993. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1995. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1996. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1997. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1998. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1999. Arquivo da Marinha.

MARQUES, Adriana Aparecida. Amazônia: pensamento e presença militar. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2007.

MOURA NETO, Julio Soares de. Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2007-2015), Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto. Rio de Janeiro, 16 de julho de 2019.

OBINO, José Luiz Feio. A Amazônia e a Marinha – suas necessidades de meios para o terceiro milênio – uma reflexão. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 118 nº 4/6. Abr./jun. 1998, p. 117-132.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. De Geisel a Collor. Forças Armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas. Revista Interesse Nacional – abril/junho 2009, p. 71-83.

PEREIRA, Mauro Cesar Rodrigues. Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1995-1998), Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2019.

PIVATTO-JUNIOR, Dilceu Roberto y Raul Cavedon Nunes. 2020. “La Amazonía en el pensamiento militar brasileño: concepciones y acciones estratégicas del Ejército y la Armada en la década de 1990”. Íconos. Revista de Ciencias Sociales 68: 95-113.

PIVATTO JR., Dilceu Roberto. A construção do pensamento naval brasileiro: formulações político-estratégicas e desenvolvimento tecnológico (1967-2008). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), março de 2024.

REZENDE, Lucas Pereira. Sob e desce: explicando a cooperação em

Defesa na América do Sul. Brasília: UnB Editora, 2015.

SALLUM JR., Brasílio. O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.

SANTOS, Antônio Carlos Tourinho dos. O Projeto Calha Norte. Escola de Guerra Naval. Monografia do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM). Rio de Janeiro/1989. Arquivo da Marinha. Nº 70.775. Caixa: 188. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Uma estratégia naval para o século XXI. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 117 nº 7/9. Jul./set. 1997, p. 87-120.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro: meados da década de 70 até os dias atuais. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002.

WENDT, Alexander. The agent-structure problem in International Relations theory. *International Organization*, Vol. 41, No. 3 (Summer, 1987), pp. 335-370.

WENDT, Alexander. Constructing International Politics. *International Security*, Vol. 20, No. 1 (Summer, 1995), pp. 71-81.

WENDT, Alexander. On the via media: a response to the critics. *Review of International Studies*, 26 (1) (January, 2000), pp. 123-180.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. New York: Cambridge University Press, 2003.

WINAND, Érica Cristina Alexandre. Diplomacia e Defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). História e conjuntura na análise das relações com a Argentina. São Paulo: UNESP, 2016.

ZAVERUCHA, Jorge. FHC, Forças Armadas e política: entre o autoritarismo e a democracia. Rio de Janeiro: Record, 2005.